

1 **ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA**
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro,
4 às dez horas e trinta minutos, reuniu-se de forma presencial a Comissão de Orçamento e
5 Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do
6 senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de
7 Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: Célio Hiratuka, Hernandes Faustino de
8 Carvalho, Ricardo Miranda Martins e Verónica Andrea González-López. Justificaram ausência
9 à Sessão os seguintes membros: Dirceu Noriler e Rodolfo Jardim de Azevedo. Como
10 convidada, compareceu a senhora Lina Amaral Nakata. Havendo número legal, o SENHOR
11 PRESIDENTE dá início à 171ª Sessão, submetendo à apreciação a Ata da Sessão 170ª, realizada
12 em 19 de setembro de 2024. Consulta se há alguma observação. Não havendo, submete à
13 votação a referida Ata, que é aprovada por unanimidade. Passa à Ordem do Dia, com 02 itens,
14 e à Ordem do Dia Suplementar, com 01 item. O item 01 da Ordem do Dia – Nº 01-D-
15 12349/2022 – trata da proposta de liberação de recursos da reserva financeira de segurança para
16 novas aprovações do PPI, para que possam fazer novas distribuições de recursos para
17 investimentos na Universidade. Relembra a sistemática das reservas, que são hoje da ordem de
18 R\$1,6 bilhão, sendo o valor equivalente a três folhas de pagamento da Universidade a reserva
19 de precaução, pensando na situação financeira do país e na reforma tributária. Quando o Plano
20 Plurianual de Investimentos foi constituído, seus valores eram da ordem de R\$550 milhões,
21 grande parte disso já foi distribuída, mas a demanda hoje na Universidade supera em muito
22 esses valores. Dessa forma, o que colocam em discussão aqui é que possam transferir da parte
23 das três folhas um valor, a ser sugerido pela COP, para o PPI. A sugestão é de uma folha, algo
24 em torno de R\$260 milhões, para que possam fazer novas distribuições com base nas demandas
25 prioritárias de investimento da Universidade. Fazem isso com uma certa tranquilidade, em duas
26 direções: primeiro porque hoje possuem um conhecimento bem mais aprofundado dos impactos
27 da reforma tributária, que têm sido, até agora, bastante favoráveis do ponto de vista da
28 recuperação e também do ponto de vista da recuperação do Estado de São Paulo. A própria
29 arrecadação prevista inicialmente de R\$154 bilhões para São Paulo deve fechar o ano em torno
30 de R\$164,5 bilhões, e na PLOA 2025 a Secretaria previu arrecadação de quase R\$182 bilhões.
31 A economia tem demonstrado em 2024 uma evolução bem mais positiva, rodando em torno de
32 3%, o que gera um cenário para 2025, e provavelmente para os próximos anos, de uma certa
33 estabilidade, o que permitiria à Universidade trabalhar com um fundo de precaução um pouco
34 menor. Lembra que, embora já tenham distribuído os R\$550 bilhões para investimento, não
35 conseguiram ainda empenhar e executar esse montante. Observa que se por acaso ocorrer algum
36 fato negativo do ponto de vista da arrecadação, embora não haja nenhum sinal nessa direção, o
37 recurso seria contingenciado e utilizado para outra finalidade, inclusive pagamento de salário.
38 O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que no início do ano as três folhas totalizavam
39 cerca de R\$790 milhões, algo em torno de R\$263 milhões por folha, mas não trazem aqui hoje
40 esse número fechado, porque já foi conversado na COP algumas vezes de utilizar uma folha,

1 meia folha, portanto deixam aberto esse número para ser discutido e definido no
2 encaminhamento da votação. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz
3 que constituir uma reserva de segurança foi uma medida prudente, necessária, para dar tempo
4 para a Universidade se acomodar frente a uma potencial situação inadvertida ou incontrolável.
5 É favorável à manutenção dessa reserva adequada, mesmo que seja adaptada, e pergunta se esse
6 valor guardado no Banco do Brasil está sendo corrigido, e se a correção aplicada é boa, ou se
7 pode ser melhorada. Sobre o montante a ser liberado, os R\$260 milhões, pergunta o quanto ele
8 cobre das demandas, para avaliar se vale a pena que seja utilizado. Quanto aos investimentos já
9 feitos, há muito tempo vêm falando de obras que têm dificuldades para sair do papel, e lhe
10 parece que são esses investimentos, essas decisões que tomaram lá atrás que geram uma
11 imprevisibilidade hoje que os levaria a retirar parte dessas folhas de reserva. Supondo que
12 resolvessem liberar só meia folha, R\$130 mil, pergunta se isso funcionaria, e a última questão
13 é se possuem um plano de devolução para a reserva de segurança dessa folha que porventura
14 venha a ser utilizada para outros fins. O SENHOR PRESIDENTE diz que no início desta gestão
15 a reserva estava em torno de R\$500 milhões, e ela se formou porque houve um pico de
16 arrecadação importante em 2021 e 2022. Houve um aumento nas alíquotas do ICMS, por conta
17 do governo, que tinha muito receio de uma queda brusca na arrecadação provocada pela
18 paralisia das atividades em função da pandemia. Isso acabou não se verificando, e o consumo
19 não se reduziu na proporção que o governo avaliou, até porque as pessoas continuaram
20 utilizando outros mecanismos para realizar esse consumo. Então, a arrecadação realmente
21 cresceu muito em 2021 e 2022. Em contrapartida, todos os órgãos públicos ficaram impedidos
22 de realizar qualquer aumento de gasto: não se podia contratar, dar reajuste salarial, fazer
23 progressão, não podia nada. Isso permitiu à Unicamp constituir uma receita crescente, em um
24 período de mais de um ano e meio, e as despesas totalmente congeladas, além de algumas que
25 sofreram redução. A partir do momento em que as pessoas estavam trabalhando de forma
26 virtual, os gastos com restaurantes e outras atividades, como gastos com energia elétrica, foram
27 muito menores. Obviamente sabiam que, ao formar essa reserva, teriam também, no futuro,
28 demandas represadas, a começar pelo reajuste salarial, que não foi possível fazer nesse período,
29 além da questão de contratação e do retorno da progressão. Lembra que a Universidade chegou
30 a adotar um mecanismo de permitir que as pessoas fizessem a sua livre-docência, mas não
31 progrediam do ponto de vista de se tornar MS-5.1, o que não implicava recurso, e quando a
32 gestão assumiu, foram cerca de 270 docentes que progrediram. Em relação ao reajuste salarial
33 concedido nesses três anos, ele foi em torno de 40%, sendo que a inflação no período foi menor
34 que 20%. Mas, na verdade, 40% foi para cobrir a inflação em um período de seis anos, e não
35 de três. Então, esse é o represamento a que está fazendo referência; não era possível reajustar
36 naquele momento, reajustaram em um outro período. Já sabiam que para dar conta e financiar
37 todo esse represamento, teriam que utilizar não apenas o recurso corrente do exercício, aquele
38 que é colocado na distribuição orçamentária, mas também utilizar uma parte das reservas, que
39 em um fluxo de normalidade teriam sido utilizadas. Para isso é que constituíram esses quatro
40 fundos, também com a ideia de tirar o grosso do investimento da distribuição orçamentária.

1 Mas na distribuição orçamentária destinaram R\$20 milhões, por exemplo, para a Depi, além
2 dos recursos do PPI. O recurso da reserva fica aplicado, há restrições, não podem aplicar em
3 nada de renda variável, tem que ser tudo em renda fixa, e quem faz essa aplicação é o Banco
4 do Brasil. Essa é outra restrição, devem manter os recursos da Universidade em um banco
5 público, e o Banco do Brasil faz uma política específica para a USP, para a Unicamp e para a
6 Unesp. Ele constitui um fundo exclusivo para elas, ao qual possuem acesso, podem discutir,
7 montaram inclusive um comitê envolvendo a Aeplan, a DEA e a PRDU para conversar com a
8 diretoria do Banco do Brasil, porque, mesmo sendo renda fixa, existe uma certa flexibilidade.
9 Os títulos são uma composição entre os títulos de renda fixa e o que chamam de operações
10 compromissadas, que é uma compra de vários outros títulos financeiros que podem ser desde
11 atrelados à inflação, a câmbio, a juros e outros, e que o banco vai oferecendo. A Unicamp
12 sempre esteve concentrada no fundo conservador, enquanto que a USP usava o fundo
13 moderado; chegaram, inclusive, a fazer um estudo dentro da Aeplan e PRDU se valeria a pena
14 ir para o moderado, mas foi no momento exatamente em que houve a crise das Americanas,
15 vários títulos privados foram fortemente afetados, seus valores caíram. Com isso, o fundo
16 conservador deu um rendimento um ponto percentual acima do fundo moderado. As receitas
17 próprias da Universidade são 90% constituídas pelos ganhos financeiros dessa aplicação. Os
18 outros 10% englobam o valor cobrado no restaurante universitário, R\$3, que logicamente é
19 subsidiado, custa R\$20, cobram R\$3, mas é uma receita que entra, assim como fretado etc., que
20 juntos compõem o restante dos recursos próprios. No orçamento de 2024, foi em torno de
21 R\$210 milhões, junto com a receita de R\$3,3 bilhões do RTE. Então, está aplicado, sim, mas
22 os recursos dos juros são usados dentro do orçamento, utilizam o ganho nominal, em grande
23 medida. Este ano, havia uma expectativa de que as taxas de juros iriam se reduzir muito mais,
24 chegariam a 9,25%, mas parou muito antes disso a redução das taxas de juros, que, aliás,
25 voltaram a subir e continuam com um viés de alta e não de redução. Respondendo a mais um
26 questionamento da professora Verónica, esclarece que R\$260 milhões nem de perto cobrem a
27 demanda para o investimento hoje na Universidade. Na página da Depi, constam todas as
28 demandas dos recursos, aqueles que estão já com financiamento, os que estão sem
29 financiamento, nas várias linhas, acessibilidade, mobilidade, AVCB, pequenas reformas, novas
30 obras, obras remanescentes. Isso tudo somado chega a quase R\$1 bilhão, mas existe uma
31 metodologia na Universidade de priorizar essas obras dentro da Depi. Então, colocando esses
32 recursos, vão seguir toda a metodologia normal que vêm seguindo, de listar as prioridades e ir
33 atribuindo esses recursos. A questão é que, sem colocar esse recurso, sequer podem fazer uma
34 licitação; se houver qualquer obra sendo planejada, só pode ir para a licitação se os recursos já
35 tiverem sido reservados. Qualquer instituição deveria gastar algo em torno de 5% em
36 investimento, seria o ideal, R\$200 milhões, no caso da Unicamp, mas ela não investe R\$200
37 milhões há muitos anos; ela ficou um período de 20 anos investindo algo em torno de R\$10
38 milhões, R\$15 milhões, e obviamente isso tem um impacto, basta olhar para a infraestrutura da
39 Universidade, que tem um grau de depreciação bastante acentuado. Vêm tentando fazer
40 algumas coisas nessa direção: nos últimos dois anos, 40 telhados de “pinotinhos” foram

1 reformados, mas ainda faltam 40, arrumaram asfalto, conseguiram, com o PPI, fazer R\$50
2 milhões em investimentos, mas ainda é pouco; precisam lembrar de sala de aula, de ar-
3 condicionado etc., e é muito mais amplo que simplesmente uma obra civil. Precisam dar conta
4 de todas as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de assistência, e um dos
5 investimentos cada vez mais pesados, que talvez tenha sido o item em que mais colocaram
6 recurso, tem a ver com tecnologias de informação. Aqui mesmo, na COP, aprovaram um pacote
7 de TIC da ordem de R\$100 milhões, porém a demanda era de mais de R\$300 milhões. A ideia
8 aqui é, no fluxo corrente, a partir da receita daquele ano, usar com muito cuidado, muita
9 parcimônia, esse recurso que foi acumulado naquilo que entendem como absolutamente
10 prioritário, e uma dessas prioridades tem sido os investimentos para serem realizados, mas
11 mantendo ainda uma reserva bastante segura. Não imaginam nenhuma situação em que
12 precisem de recursos da ordem de R\$520 milhões em um período muito curto, mas a proposta
13 é que, diante de uma prioridade, esses recursos poderiam ser utilizados. O Professor RICARDO
14 MIRANDA MARTINS diz que ter um fundo de reserva é o preço que pagam pela autonomia
15 financeira, porque em tempos de crise o governo do Estado simplesmente diz que não tem nada
16 a ver com isso, já que a Universidade possui autonomia financeira. Há pouquíssimos anos a
17 Unesp não conseguiu pagar um décimo terceiro, depois pagou, a Unicamp, de 2016 a 2018,
18 cortou progressão, refez tabela GR, teve a desvinculação de livre-docência do professor
19 associado, e ficou com risco de ficar sem salário em algum momento. Acha que foi mais ou
20 menos nesse tempo que essa reserva de algumas folhas salariais foi implementada na
21 Universidade. A situação está melhor, mas acha que a autonomia financeira, principalmente em
22 tempos de mudança de imposto, de extinção do ICMS, não os deixa muito tranquilos, então
23 precisam sim de uma reserva que seja suficiente para algumas coisas. Porém, dada a situação
24 favorável da economia, talvez essa medida seja bem justificada. Gostaria de entender um pouco
25 sobre a dinâmica de recebimento da verba do Governo do Estado pela Unicamp. Entende que
26 uma folha de pagamento é necessária porque é meio desencontrado o momento em que pagam
27 e recebem o recurso, e precisam de mais duas porque em um cenário mais complicado podem
28 ficar sem verba, mas pergunta quando esse número de três folhas foi decidido. É interessante
29 essa análise que a PRDU faz de ficar olhando como está a arrecadação, a economia do país, e
30 como estão os gastos nas universidades, para tentar propor uma medida dessa. Sobre a
31 priorização feita pela Depi, com mais verba disponível para uso talvez seja a hora de fazer uma
32 reorganização dessa fila. O SENHOR PRESIDENTE diz que as três folhas foram pensadas
33 nesta gestão, que quando assumiu encontrou uma reserva em torno de R\$400 milhões,
34 aproximadamente duas folhas. Quando constituíram a reserva, que superou em muito essas três
35 folhas, acharam que três já eram suficientes, porque também nunca chegaram a comprometer
36 na Universidade abaixo de duas folhas. Então, já deixaram ainda uma folha a mais de reserva.
37 Sobre o recebimento de recursos do governo, existe uma dotação orçamentária, da qual as
38 universidades têm direito a 9,57%, elas colocam isso no sistema e dizem exatamente onde vão
39 gastar. A execução vai se dando mensalmente, o Estado transfere recursos no dia 05, que seria
40 o pagamento da folha, e uma diferença no dia 20, que pode ser para mais ou para menos, já

1 fazendo um ajuste do que ocorreu nos meses anteriores. Sobre a distribuição dos recursos para
2 obras, vão precisar realmente olhar as prioridades, já que a demanda é muito maior do que os
3 recursos. O Professor CÉLIO HIRATUKA pergunta qual a perspectiva em relação à reforma
4 tributária mais no longo prazo no que se refere ao repasse às universidades. O segundo ponto é
5 sobre os novos contratos; para as unidades, que precisam das pequenas obras, isso pode fazer
6 muita diferença. Como o professor Fernando já comentou, quando não conseguem gastar o
7 mínimo com investimentos, o impacto, obviamente, é a depreciação. Mas, no mínimo, essa
8 questão de algumas atividades emergenciais, pintura, pequenas obras, pequenas obras de
9 emergência, poderia aliviar muito do ponto de vista do dia a dia. Aprovaram aqui os contratos
10 e queria saber como está o andamento disso e em que momento isso, efetivamente, vai se refletir
11 no dia a dia das unidades. O SENHOR PRESIDENTE responde, sobre a reforma tributária, que
12 o cenário hoje, do ponto de vista do Estado de São Paulo, é relativamente otimista, a
13 preocupação é a manutenção da porcentagem concedida às universidades, e estão estudando
14 qual seria a alíquota do IBS que manteria mais ou menos estável a arrecadação. Há fatores,
15 especialmente políticos, sobre os quais as unidades não possuem o menor controle. Talvez desse
16 alguma estabilidade trazer esse percentual, seja qual for, para dentro da Constituição, para que
17 possam trabalhar em cima de uma base que vai ser mais estável. Sobre a questão dos contratos,
18 o contrato de manutenção está pronto e o professor Zigomar vai assinar hoje. A expectativa é
19 de que ele vai agilizar muito essas pequenas reformas. O Professor HERNANDES FAUSTINO
20 DE CARVALHO pergunta, na linha da professora Verónica, se haveria alguma expectativa de
21 recomposição de, pelo menos, parte dessa reserva que será deslocada para o PPI, diante de um
22 cenário positivo. A professora Verónica mencionou meia folha, mas por sua vez pergunta por
23 que não duas folhas. Esta Administração tem sido bastante parcimoniosa ao longo desse tempo
24 todo que está cuidando dessa reserva e acha que agora seria o momento, talvez, de ousar e
25 transferir. E se surgir uma situação de emergência, retiram esse dinheiro que está de
26 investimento para cobrir a emergência. É um defensor árduo do PPI desde que o conheceu, pois
27 ele dá uma certa segurança para o gestor de que a Universidade olhou para aquela demanda que
28 ele tem. O IB tem um prédio de 50 anos e está na iminência de interditar cinco salas de aula por
29 questões de segurança e acessibilidade. Apoia a proposta da COP de deslocar dinheiro da
30 reserva financeira para o PPI, mas propõe duas folhas e não uma. A Professora VERÓNICA
31 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que, como ex-diretora associada do Imecc, entende
32 perfeitamente as necessidades que as unidades têm quanto aos investimentos, às demandas, mas
33 acha que duas folhas é muita coisa. Gostaria de entender qual é o cenário em que voltariam para
34 três folhas. Pergunta também o porquê da diferença das reservas da USP e da Unicamp. O
35 SENHOR PRESIDENTE diz que o valor da reserva tem que estar atrelado à questão do risco
36 que vão identificando. Quando tomaram essa decisão dentro da COP, em 2022, não tinham a
37 menor noção do que seria a reforma tributária, o país estava um caos e estavam vivendo também
38 uma situação política muito delicada, inclusive com uma agressão muito forte à universidade
39 pública. Tudo isso trouxe a necessidade de prudência diante de tantas prioridades, tantas
40 necessidades. A reserva é muito proporcional ao risco, vê hoje uma situação onde o risco

1 político é muito menor, mas não nega que exista, muito menos no nível federal hoje, muito mais
2 no estadual. É uma variável que não controlam, mas também tem o outro lado, pois se mantêm
3 muito recurso em reserva, isso acende uma outra luz para que o governo do Estado pense que
4 as universidades já estão com recurso demais. O Cruesp levou uma proposta para o governador,
5 existe um planejamento, mas a variável chave é ir avaliando esse risco, e se entenderem que em
6 algum momento o risco é maior, devem contingenciar e assegurar que a Universidade não pare
7 em momento nenhum. As universidades são diferentes, elas têm estruturas demográficas
8 diferentes, idades diferentes, e isso tem um impacto que não é desprezível. Essa diferença fica
9 muito destacada quando olham para a estrutura de pessoal: a USP gasta 20% com aposentados
10 e 80% com ativos, enquanto a Unicamp gasta 43% com aposentados e 57% com ativos. Com a
11 última distribuição que a Unicamp fez de docentes, os 120 que estão acompanhando, mais as
12 outras que estavam já em andamento, a Unicamp voltará ao patamar de 2016. Esse é um grande
13 investimento da Universidade, poder ter sempre uma geração de docentes se renovando, a
14 agenda de pesquisas se renovando, estando mais atentas às demandas e às mudanças que
15 estão se processando na sociedade. No caso dos Paepe, esse investimento em contratações
16 também vem sendo feito, mesmo assim ainda há uma redução muito forte no número de
17 servidores. Mas as universidades são estruturalmente e financeiramente diferentes, então não
18 cabe a comparação. Pelas contas que têm feito, na melhor das hipóteses vão fechar 2025
19 equilibrados ou com déficit ainda, mas precisam tomar agora a decisão de fazer as contratações.
20 O Professor RICARDO MIRANDA MARTINS lembra que também há a questão da
21 insuficiência financeira, que hoje é de R\$800 milhões, e sugere que isso apareça nas propostas
22 orçamentárias de forma mais clara. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que inserem
23 no texto o valor da insuficiência, mas não nas tabelas, e vão incorporar isso para 2025. Não
24 havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à votação a matéria,
25 considerando a liberação de uma folha de R\$260 milhões, que é aprovada por unanimidade.
26 Passa ao item 02 – Nº 01-D-40020/2024 –, que trata da proposta de nova metodologia de
27 distribuição de recursos para o Programa de Manutenção Predial. O senhor THIAGO BALDINI
28 DA SILVA faz a apresentação do estudo que prevê uma modernização no sentido de trazer
29 esses dados cada vez mais institucionalizados para serem trabalhados e usando critérios de
30 manutenção predial para fazer essa distribuição de recursos. Explica como é hoje a
31 metodologia, e diz que se esse processo for institucionalizado, será melhor para a Universidade.
32 Informa que já estão trabalhando para que no orçamento de 2025 mesmo as unidades que estão
33 perdendo na nova metodologia consigam recuperar acima do que foi recebido no ano de 2024,
34 para não ter um impacto tão grande, até em vista do novo contrato de manutenção. Pretende
35 acertar esses valores na formulação do orçamento de 2025, porque, provavelmente, até pela
36 nova existência do novo contrato, as unidades vão conseguir gastar mais recursos na
37 manutenção, e serão repassados mais recursos a elas. A Professora VERÓNICA ANDREA
38 GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que tem uma dúvida nas folhas 04, que menciona o fator. Sala de aula
39 está lá com o fator 1; no entanto, as salas de aula do CB e do PB recebem turmas enormes, e
40 pergunta por que o fator é tão baixo quando comparado com laboratório de ensino. Defende a

1 metodologia proposta, que está bem clara para ela, mas sala de aula tem muito trânsito de
2 alunos, então pergunta se não seria mais razoável colocar sala de aula no 1.2, por exemplo,
3 principalmente essas salas grandes. Menciona também a questão desses banheiros comuns,
4 principalmente do CB e PB, que recebem um volume grande de pessoas. Pelo que entende, eles
5 estão na classificação geral. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA observa que nas folhas
6 04, onde consta o Anexo 1, está apresentada a metodologia atual. Então, quando menciona que
7 a sala de aula é fator 1 e os biotérios 1.2, isso é a forma como é distribuído hoje. Na nova
8 metodologia, saem desse valor de 0,8 até 2 para 1 a 1.20. Até lembrando aqui que 1.20 acaba
9 sendo cozinha industrial, laboratório e biblioteca, a sala de aula já está com 1.1, então, na
10 relação de 0 a 20, ela já está com 10. Até porque a sala de aula já tem quatro desses sistemas,
11 climatização, elétrico, esquadilhas e sistema de cobertura. Quando conseguirem pegar
12 institucionalmente os dados, o CB e o PB vão ser os que vão ter a maior ponderação,
13 principalmente dentro da Administração Central, então eles vão ter um ganho muito maior em
14 relação aos recursos. O Professor RICARDO MIRANDA MARTINS diz que a metodologia é
15 muito boa, de fato precisam estratificar a distribuição desse recurso, mas lembra que pelo menos
16 15 das 24 unidades acadêmicas recebem menos que R\$200 mil de PMP, um valor baixo, que
17 acha que deve ser aumentado. O Imecc recebe perto de R\$120 mil de PMP, que não dá para
18 fazer reforma em um prédio enorme, e o Instituto tem três prédios. Um é muito antigo, mas os
19 prédios mais novos dão mais trabalho do que o prédio antigo, por problema de infiltração e tudo
20 o mais. Sua sugestão é aumentar o PMP em 50%, inicialmente, pois há muitos prédios antigos
21 na Universidade e que precisam de manutenção. Observou na tabela que a FEF está perdendo
22 quase 30%, e chama a atenção que a infraestrutura da Faculdade, de certa forma, é usada por
23 grande parte da Unicamp, ainda mais agora com essa política de esporte e com a incorporação
24 da palavra “esporte” ao nome da ProEEC. A FEF está fazendo algumas obras grandes, de
25 cobertura de quadras, mas acha que é necessário investir bastante ali, pois imagina que o PMP
26 deles também não dê para nada. Sobre a questão das salas de aula do PB e CB, elas precisam
27 de uma reforma geral, nos dois pavilhões de aula, e precisam construir mais um pavilhão, pois
28 a quantidade de salas atuais não atende à demanda. No caso do Imecc, a quantidade de turmas
29 que abrem está limitada pela disponibilidade de salas. Então, ficam em uma competição enorme
30 com o IFGW, utilizam todo o CB e o PB todas as manhãs, pois é o local onde conseguem dar
31 aulas para turmas grandes. Porém, são decepções frequentes: ou não funciona o ar-
32 condicionado, ou não funciona o projetor, ou não funciona outra coisa. É preciso fazer uma
33 reforma nas cadeiras também. As salas são fechadas, elas não possuem janela, portanto elas
34 precisam de ar-condicionado, e se o ar-condicionado não funciona, fica bastante complicado.
35 Foi feito um estudo bem detalhado pela Reitoria, na época da pandemia, sobre a infraestrutura
36 de cada sala de aula, e talvez possam tentar recuperar esses dados e colocar no sistema, para
37 terem um panorama melhor das salas. De toda forma, precisam aumentar bastante esse
38 orçamento para isso, ainda mais agora com os novos contratos, em que terão empresa para dar
39 manutenção, só que a conta vai chegar e a não possuem ainda uma boa visão de quanto vão
40 custar essas coisas. Se a unidade chama a empresa para arrumar uma porta, esse contrato é

1 muito bom porque a empresa compra a porta, só não sabem quanto ela vai cobrar por ela. Ainda
2 estão um pouco no escuro com esse contrato e com esse patamar do PMP. O senhor THIAGO
3 BALDINI DA SILVA diz que já estão pensando em um número próximo a 50% de aumento,
4 até porque já há o recurso aprovado do novo contrato de manutenção e esse contrato vai ser
5 ressarcido pelas unidades, então vão repassar parte desse valor para as unidades e para a
6 Administração Central, pensando em PB e CB. Sobre a perda da FEF, verificam que quando
7 surgiu o PMP não existia contrato de manutenção. Os contratos de manutenção das quadras
8 serão reforçados para 2025, até imaginando que essas novas quadras que estão sendo
9 reformadas vão precisar de manutenção. Portanto, esse recurso que ela está perdendo aqui vai
10 acabar de uma forma ou outra recuperando nos novos contratos de manutenção. A maioria das
11 unidades acaba tendo um saldo positivo, mas vai ficar mais positivo ainda com os aumentos
12 dos valores do PMP. Como falaram aqui sobre PPI, talvez essa ideia de uma reforma mais
13 ampla ou ampliação do Ciclo Básico possa ser um dos itens pensados pelos órgãos responsáveis
14 pela priorização dos recursos. O SENHOR PRESIDENTE diz que claramente menos de R\$5
15 milhões para todas as unidades está insuficiente, e nem isso conseguem gastar. Isso vai ser bem
16 positivo com o novo contrato, vão ter que calibrar qual é esse novo número. Observa que
17 ninguém terá perda no orçamento de 2025, mesmo que tenha reduzido o percentual; é lógico
18 que quem aumentou vai ganhar, porque vai mexer tanto na base quanto no percentual. A ideia
19 é aos poucos ir voltando a fazer uma manutenção, e o ideal seria que fosse uma preventiva. Os
20 instrumentos estão sendo criados aqui. O Professor CÉLIO HIRATUKA diz que a nova
21 metodologia permite um maior equilíbrio nos índices. Não havendo mais observações, o
22 SENHOR PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa
23 ao item 01 da Ordem do Dia Suplementar – Nº 15-D-32119/2024 –, que trata da solicitação de
24 antecipação de recursos ao Hospital de Clínicas, no montante total de R\$20 milhões, com a
25 finalidade de atender às despesas de custeio do Hospital nos próximos meses, sendo: R\$15
26 milhões referentes a valores a serem providos pela Secretaria Estadual da Saúde, por meio da
27 Tabela SUS Paulista, e R\$5 milhões referentes a valores de Transferências Voluntárias de 2024,
28 ainda pendentes de liberação o adiantamento. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz
29 que se tudo o que está planejado acontecer, o HC não precisará de nenhum suporte financeiro.
30 Com o SUS paulista, o estado vem repassando R\$25,9 milhões por trimestre. O estado já liberou
31 o primeiro e o segundo trimestres, mas o valor do terceiro trimestre vai chegar só no final de
32 dezembro ou no ano que vem, e não haveria tempo hábil de fazerem todas as compras. Além
33 desses valores do SUS paulista, que são mais garantidos, há mais R\$5 milhões de emendas
34 parlamentares voluntárias, que é outro item sobre o qual estão conversando com o estado desde
35 há muito tempo, e eles falaram que iam esperar passar todas as eleições para começar a trabalhar
36 nisso. Isso no ano passado chegou por volta do dia 27 de dezembro, então provavelmente este
37 ano não será muito diferente. O HC está solicitando que antecipem esses R\$20 milhões e
38 quando entrarem esses recursos, eles voltam para a Universidade. Fazem uma ressalva de que
39 não têm 100% de certeza de que as emendas voluntárias virão, mas pensando nos R\$18,5
40 milhões ou mais do SUS paulista, provavelmente já empata nos R\$20 milhões. Então, é só algo

1 mais de formalização de antecipação, e esclarece que entrou na pauta suplementar porque, com
2 o feriado, esse documento acabou chegando só no dia 29, no final da tarde. O Professor
3 RICARDO MIRANDA MARTINS pergunta se a sensação é que o valor vai atrasar mais para
4 chegar ou que, de fato, há risco de não receber, já que o parecer da Aeplan menciona
5 “imprevisibilidade da efetiva disponibilização do recurso”. O senhor THIAGO BALDINI DA
6 SILVA diz que, quanto ao SUS paulista, entendem que esse dinheiro vai chegar e possuem até
7 um segundo problema orçamentário: se chegar muito no final do ano, talvez seja melhor chegar
8 em janeiro. Em relação às emendas voluntárias, há um comprometimento de que esses recursos
9 vão ser liberados, mas não possuem 100% de certeza. Não havendo mais observações, o
10 SENHOR PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Nada
11 mais havendo a tratar, eu, Aline Marques da Costa, redigi a presente Ata que será submetida à
12 apreciação dos Senhores Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho
13 Universitário. Campinas, 31 de outubro de 2024.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 172ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 28
de novembro de 2024, sem alterações.*